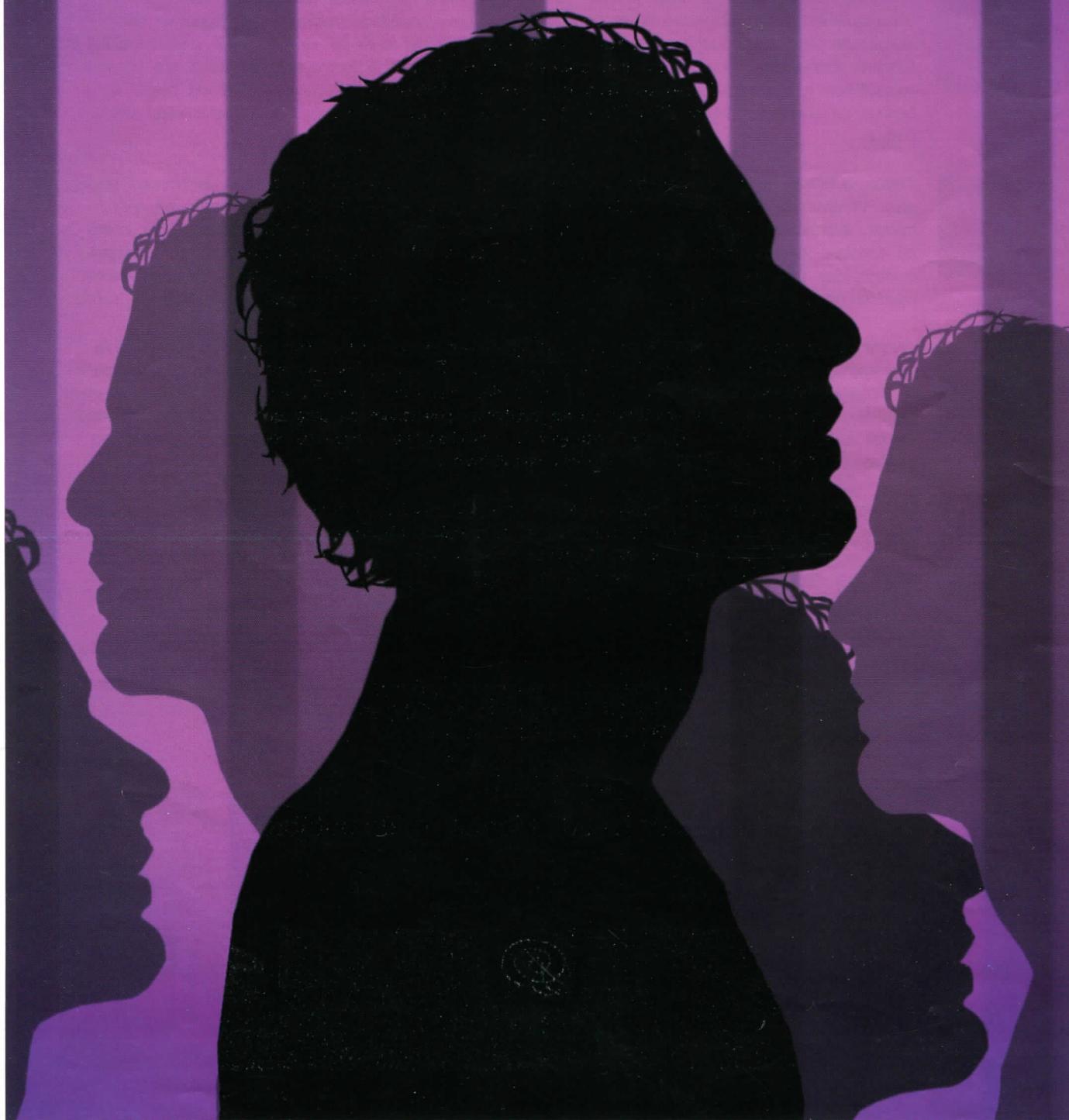


A Política de Saúde Mental  
que queremos:  
pela efetiva implementação  
da Reforma Psiquiátrica



# Pela efetiva implementação da Reforma Psiquiátrica

A história da atenção à saúde mental no Brasil está fortemente marcada pelo modelo hospitalar de atendimento, modelo este pautado na perspectiva da cura de sintomas, da exclusão do louco dos espaços de convívio e troca social e, não raras vezes, de práticas que, no intuito de silenciar a loucura ou excluí-la do cenário social, lançam mão de estratégias que caracterizam violação de Direitos Humanos e desatenção à saúde mental no interior dessas instituições.

Resultado de 20 anos de Luta Antimanicomial, temos hoje acumulada uma experiência de enfrentamento desta perspectiva e de proposição de uma sociedade acolhedora e produtora da diversidade. Enquanto política de saúde mental, esse enfrentamento se concretiza na implementação da Reforma Psiquiátrica. Esta política tem avançado no Brasil com o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos e sua substituição por uma rede forte e qualificada de serviços, capaz de cuidar e acolher os chamados loucos. Em 2001, a aprovação da Lei 10216 exigiu a implementação dessa política.

Temos hoje um número significativo de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico espalhados pelo país. Centros de Atenção Psicossocial, residências terapêuticas, atenção à saúde mental na rede básica, experiências exitosas de projetos de trabalho e geração de renda, dentre outros. No interior e no cotidiano desses espaços vemos crescer a construção de estratégias voltadas para o acolhimento e cuidado das pessoas com sofrimento psíquico grave, a partir de projetos terapêuticos individualizados, pautado na perspectiva de possibilitar outra trajetória de vida para essas pessoas, promovendo saúde.

Assistimos, ao mesmo tempo, a manifestação de forças conservadoras, que procuram segurar este processo e manter o atendimento hospitalar em saúde mental. A história mostrou que não precisamos do hospital psiquiátrico para cuidar do sofrimento dos chamados "loucos". Precisamos dele, sim, como dispositivo de exclusão. As entidades abaixo assinadas posicionam-se para que as políticas de saúde mental sejam resistentes a qualquer retrocesso e caminhem na direção de fortalecer e qualificar as práticas de atenção no interior dos serviços substitutivos.

Aos participantes dessa Conferência, apelamos para que resistam a qualquer deliberação que aponte para a manutenção do modelo hospitalar de atenção em saúde mental e se manifestem sempre para efetiva exclusão desses leitos do cenário social brasileiro. Em seu lugar, queremos práticas e dispositivos fortes e qualificados, produtores de vida!

"Encontro Nacional por uma sociedade sem Manicômios, 20 anos de Luta",  
que ocorrerá de 06 a 08 de dezembro de 2007, em Bauru, SP.  
Em breve informações nos sites:

[www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)  
[www.sinpsi.org](http://www.sinpsi.org)

Dia Mundial da Saúde Mental: 10 de outubro.



Conselho Regional  
de Psicologia - SP



Associação Brasileira  
de Ensino de Psicologia - ABEP



SINDICATO DOS PSICÓLOGOS  
NO ESTADO DE SÃO PAULO